

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 745 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1998

Nabor apóia o pluralismo partidário, mas com legendas que tenham representatividade

Cabral vai lançar novo livro da série *Estudos*

Os originais do terceiro livro da série *Estudos*, intitulado *A Cooperação Técnica e Financeira Internacional*, foram encaminhados ontem para edição pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). No livro, a ser publicado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, Cabral fornece orientação básica para o encaminhamento de projetos junto a organismos internacionais de cooperação.

PÁGINA 3

CCJ discute transparência das finanças públicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã para examinar extensa pauta. Entre as matérias, está o projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira e outros sistemas de informação de órgãos públicos. Também estará na pauta projeto de lei da Câmara que altera artigos do Código Penal para coibir práticas contra o direito social.

PÁGINA 2



Senadores defendem reforma política

Conforme Nabor Júnior, dotar o país de bases institucionais modernas é prioridade absoluta

A necessidade de ampla reforma política foi salientada ontem, em plenário, pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e reconhecida, em apartes, pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). “As campanhas eleitorais a cada dia tornam-se mais caras e vazias, à base de *slogans* e tática

cas impostas por marqueteiros e pesquisas nem sempre dignas de confiança”, disse Nabor, pregando o fortalecimento dos partidos. Cabral afirmou que Nabor está “combatendo o bom combate” e Alcântara anunciou proposta de preservação de partidos que existiam em 1946.

PÁGINA 4

CRISE INTERNACIONAL

Alcântara apóia taxa contra a especulação

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou-se ontem a favor da taxa das operações financeiras internacionais de curto prazo. A proposta foi formulada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso durante a 8ª Conferência de Chefes de Estado Ibero-Americanos, em Portugal, e, na opinião do senador, reduziria o impacto do deslocamento desses capitais sobre os países em desenvolvimento.

PÁGINA 3



Alcântara acredita que taxa seria positiva até para países ricos

Comissão de Orçamento examina mudança dos prazos

PÁGINA 2



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1998

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Quarta-feira (21.10.98)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Quinta-feira (22.10.98)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Sexta-feira (23.10.98)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (26.10.98)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (27.10.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; e *PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31.12.73, que dispõe sobre os registros públicos

Quarta-feira (28.10.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Substitutivo da Câmara ao PLS nº 5/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; *PDL nº 112/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro (SP); *PDL nº 113/97, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Catalão (GO); e *PDL nº 121/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cambará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambará (PR)

Quinta-feira (29.10.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 62/97, que altera a Lei nº 8.171, de 17.01.91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária; e *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas

Sexta-feira (30.10.98)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (20.10.98)

▶ 16h30 - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Reunião para estudar o rito sumário na tramitação do Orçamento/99. Ala "C" - Anexo II - sala T 18

Quarta-feira (21.10.98)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; *PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; *PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e *PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5

ESPECIAL

Quarta-feira (21.10.98)

Cultura ao Meio-Dia

Filme: Caro Diário, de Nani Moretti

Local: Auditório Petrônio Portella

CCJ aprecia projeto que regula acesso a informações públicas

Proposta, que tramita em caráter terminativo, garante ao cidadão o direito de conhecer dados relativos à União, aos estados e aos municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se amanhã para examinar extensa pauta, na qual se destaca, entre outras matérias, projeto de lei de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a outros sistemas de informação de órgãos públicos. A proposição, que tramita em caráter terminativo, tem parecer favorável do relator, senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Pelo projeto, fica assegurado a todo cidadão o direito às informações detalhadas sobre gestão financeira, patrimonial e orçamentária da União, dos estados, municípios e do Distrito Federal. Ficam excluídos do acesso ao público somente informações sigilosas definidas em lei. O acesso às informações deverá ser gratuito, segundo o projeto.



Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, também será examinado projeto da Câmara que altera normas sobre a organização do trabalho

Com parecer favorável do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), também está na pauta da comissão projeto de lei da Câmara que altera três artigos do Código Penal para coibir práticas que ferem as normas de direito social, com o objetivo de melhor tutelar a organização do trabalho.

Pela proposta, estará sujeito de um a dois anos de detenção e mul-

ta quem obrigar ou coagir alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, com o objetivo de impossibilitar o desligamento do serviço em virtude da dívida. Fica proibido ainda impedir alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza mediante coação ou por meio de retenção dos documentos pessoais ou contratuais.

Parlamentares discutem prazos para Orçamento

Os novos prazos para garantir, em rito sumário, a tramitação do Orçamento de 1999 no Congresso serão discutidos hoje, às 16h30, em reunião informal da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os representantes partidários se reunirão na sala do presidente da comissão, deputado Lael Varela (PFL-MG). A proposta original, encaminhada ao Congresso no final de agosto, foi recolhida pelo Executivo, que a adaptará às medidas de ajuste fiscal que estão sendo



Ramez Tebet é o relator da proposta orçamentária

preparadas pela equipe econômica. A matéria tem como relator o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Senador lamenta morte de prefeito e ex-deputado do CE

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou ontem a morte do prefeito de Crato, Raimundo Bezerra, ocorrida na última quarta-feira. O senador fez um relato da vida do político cearense, desde o início de sua carreira como médico, até o mandato na prefeitura do município cearense. Alcântara destacou a atuação de Bezerra como deputado constituinte entre 1986 e 1988, principalmente nos dispositivos destinados à seguridade social. "Esse trabalho se reflete na instituição, prevista na Constituição, do Sistema Único de Saúde", afirmou.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce PintoDiretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Lúcio Alcântara defende taxaço de operações financeiras internacionais

Para senador, proposta do presidente Fernando Henrique irá ajudar tanto os países ricos quanto as nações mais pobres a enfrentar a instabilidade econômica



Alcântara: críticas à atuação do FMI

A taxaço das operações financeiras internacionais de curto prazo recebeu ontem o apoio do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A proposta foi formulada neste fim de semana pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que participa da 8ª Conferência de Chefes de Estado Ibero-Americanos, em Portugal. O presidente sugeriu que os recursos arrecadados sejam destinados a um fundo para socorrer os países emergentes em momentos de crise.

– A medida reduziria o impacto do deslocamento destes capitais, o que acaba criando sérios embaraços aos países em desenvolvimento – afirmou o senador cearense.

Lúcio Alcântara sugeriu que a gestão dos recursos seja feita por entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Ele citou as

agências das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e o Comércio (OMC). “A ONU tem diversas organizações. Por que não criar uma para cuidar das finanças internacionais?” Para Alcântara, o Fundo Monetário Internacional (FMI) não cumpre esse papel, agindo apenas como um banco que empresta dinheiro e muitas vezes tem ingerência política nos países. Ele acha que a medida traria efeitos positivos até mesmo para os países ricos, que garantiriam mercado consumidor para os seus produtos.

– Se o processo de crise nos países periféricos não se interromper, os países mais ricos não vão ter a quem vender. A medida representa a defesa da economia deles – observou.

Opinião diferente foi manifestada, em aparte, pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Para ele, os países ricos não estão preocupados com a saúde financeira das nações emergentes. “Eles não vão negociar com ninguém. Os pa-

íses ricos vão atropelar a soberania dos mais pobres, interiorizando leis a seu favor, com a liberação absoluta das importações”, afirmou o senador paranaense. Requião criticou a sugestão do presidente. “Isso não passa de um factóide”. Ele afirmou que a proposta esconde a verdadeira política econômica do atual governo.

– É uma política internacionalista de destruição das elites brasileiras. O Brasil está abrindo deliberadamente a sua guarda. Esse apelo do presidente é uma tolice. Os capitais querem lucro e o governo já está permitindo que multinacionais enviem seus lucros presumidos para este ano – disse ele.

Citando dados que indicam redução do número de empresas do setor de autopeças de três mil para 300, Requião pediu uma mudança na política industrial brasileira. “O governo deveria diminuir a capacidade ociosa das empresas brasileiras, que está em 25%”, observou.



Com a publicação, Cabral quer orientar envio de pleitos a organismos internacionais

Cabral publica livro sobre cooperação multilateral

Os originais do terceiro livro da série “Estudos”, intitulado *A Cooperação Técnica e Financeira Internacional*, com 391 páginas, foram encaminhados ontem à Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). No livro, ele fornece orientação básica para o encaminhamento de pleitos junto a organismos internacionais de cooperação bilateral e multilateral, além de proporcionar os meios necessários à prestação de colaboração por entidades brasileiras a países em desenvolvimento.

A iniciativa resultou, conforme Cabral, da constatação de que projetos e programas valiosos para o desenvolvimento do país não têm chegado a bom termo, mesmo ultrapassadas as fases de negociação com os organismos internacionais e de conquista de aval e garantias do governo brasileiro. Na maioria dos projetos verifica-se “a falta de orientação na formulação e formatação”, observou.

Com mais essa publicação, Cabral mantém um dos compromissos de seu mandato: o de elaborar e veicular “textos de informação de relevância para o efetivo exercício da cidadania, seja em nível da região amazônica, seja em nível do país como um todo”.

Outras obras editadas pelo senador – como *O Papel das Hidrovias no Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica Brasileira*, *O Município e a Cidadania*, *Legislação Estadual de Recursos Hídricos*, *Direito Administrativo (Tema: Água)* e *Tratados Internacionais de Recursos Hídricos* – encontram-se esgotadas, apesar das reedições em tiragens de 5 mil exemplares.

Uma delas, *Legislação Estadual de Recursos Hídricos*, pela grande aceitação e procura, teve reedição aprovada pelo Conselho Editorial do Senado, informou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele cumprimentou Cabral pela qualidade e interesse público das obras que tem editado.

Economista vê risco de depressão mundial

A crise japonesa pode ser o estopim de uma depressão mundial. Essa é a opinião do professor de economia da Universidade de Brasília Dércio Munhoz, manifestada no programa “Agenda Econômica”, da TV Senado. Para ele, só uma ação coordenada entre todos os Bancos Centrais do mundo pode estabilizar o fluxo mundial de capitais e frear o pânico já instalado.

No programa, que vai ao ar hoje às 5h, 13h30 e 19h30, o professor fala ainda sobre o que chama de “artificialismo cambial” da moeda brasileira e dá uma “receita” ao governo para aumentar a arrecadação sem elevar os impostos.

Tarifa social para energia é debatida na TV Senado

A proposta de criar uma tarifa de energia elétrica de dois reais para consumidores de baixa renda é o assunto da entrevista que a TV Senado transmite hoje às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30. O entrevistado é o autor do projeto apresentado à Mesa Diretora na semana passada, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

No programa, ele explica os critérios a serem utilizados na concessão do benefício e defende a tese de que a privatização das empresas de distribuição de energia elétrica não anula o caráter público desse serviço.

Requião denuncia irregularidades no Banco do Estado do Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) tornou pública denúncia sobre operações irregulares feitas no Banco do Estado do Paraná (Banestado), supostamente para pagamento de dívidas da campanha eleitoral do vice-prefeito de Curitiba, Algaci Tulio. A operação, segundo Requião, consiste na compra de precatórios – a preço abaixo do valor de face, com dinheiro obtido no Banestado – depois revendidos ao próprio banco pelo valor de face.

Conforme a documentação recebida por Requião, escriturada em cartório, a AT Computação Gráfica Ltda., cujo capital social é de R\$ 10 mil e crédito máximo de R\$ 1 mil, conseguiu empréstimo no Banestado no valor de R\$ 1.797.429,91 e quitou a dívida com a dação de precatório. A empresa conseguiu ainda um desconto de cerca de R\$ 500 mil “para quitação através do valor facial do precatório”.

– A AT Computação Gráfica é de propriedade de Algaci Osmario Tulio e de Marcelo Giovani Tulio, e estaria legalmente impedida (lei do colarinho branco) de operar com o Banestado, uma vez que Algaci era, à



Para Requião, operações destinavam-se a pagar dívidas de campanha

época, tio de Arlei Pinto de Lara, diretor do banco que autorizou a transação – explicou Requião.

Segundo a documentação, a segunda empresa envolvida é a Documentha Produções Cinematográficas Ltda, que comprou o precatório utilizado pela AT Computação Gráfica Ltda. para quitar a dívida. A Documentha é de propriedade de Berenice Isabel M. Bezerra e de Maria de Lurdes Rufalco, não tem crédito no Banestado (só restrições), mas tinha dívidas naquele banco que chegavam a R\$ 1,3 milhão, todas avalizadas por Algaci Osmario Tulio. O pagamento dessas dívidas tem sido

feito ao Banestado igualmente com precatórios pelo valor de face. A Documentha deve ainda mais de R\$ 1 milhão ao Banestado.

A outra empresa beneficiada é a Estúdios Unidos Comunicação e Marketing Ltda., de propriedade de Marco Antonio Bezerra e de Isabel Cecília Mendes Paredes. O documento apresentado por Requião aponta os proprietários como sendo “laranjas” de Algaci Tulio e Ismário Bezerra. Mesmo sem crédito (empresa com restrições), a empresa conseguiu empréstimo de R\$ 300 mil junto ao Banestado e quitou a dívida com a “dação de pagamento com precatório pelo valor de face e com substancial desconto”.

– Foram quitados R\$ 2.391.581,44 em dívidas. O Banestado aceitou precatórios dessas empresas pelo valor de face, R\$ 1.948.253,87. As empresas pagaram R\$ 350 mil por esses precatórios com dinheiro emprestado pelo Banestado. Por isso o banco está quebrado. Estou enviando toda a documentação ao Ministério Público para que sejam tomadas as medidas cabíveis – concluiu Requião.

Nabor prega realização de ampla reforma política

Senador aponta o fortalecimento dos partidos como principal objetivo das mudanças e classifica como “ócio duplamente remunerado” a licença concedida a servidores públicos que se candidatam por legendas nanicas

Ao condenar as distorções criadas pelo sistema político brasileiro, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pregou ontem uma ampla reforma, capaz de garantir o fortalecimento dos partidos, mediante duas exigências: consolidação das legendas e respeito à vontade do cidadão. Em sua opinião, “as distorções e perversidades provocadas pelo atual sistema atin-

gem as raías do absurdo”.

Como exemplo, ele pediu que se avalie o prejuízo causado à administração pública pelo afastamento, integralmente remunerado, dos funcionários que se candidatam a cargos eletivos. “Quantos servidores públicos, nesses 29 partidos, 26 estados e Distrito Federal, ficaram recebendo sem trabalhar, ao longo dos meses compulsoriamente isen-

tos de ponto?”, questionou o parlamentar.

Ele argumenta que não é justo atirar sobre o contribuinte esse ônus adicional, e definiu como “férias” de quatro em quatro anos o que conseguem os servidores que se lançam em campanhas eleitorais sem futuro. Res salvando as legítimas candidaturas de representantes do funcionalismo público, o senador indagou: “Quantos se encostam em legendas fictícias para conquistar um ócio duplamente remunerado, pago pelo dinheiro público e emocionalmente gratificado pela exposição perante a sociedade?”.

No entender de Nabor Júnior, a consciência nacional está amadurecendo a convicção de que uma reforma política é prioridade absoluta, para dotar o país de



Nabor vê campanhas eleitorais cada vez “mais caras e vazias”

bases institucionais modernas, compatíveis com as aspirações brasileiras de progresso social e desenvolvimento econômico. Ele se disse um defensor do pluralismo partidário, mas ressalvou que legendas sem representatividade não acrescentam nada ao processo democrático. Também condenou o artificiali-

simo do processo.

– As campanhas eleitorais, a cada dia, tornam-se mais caras e mais vazias, à base de *slogans* e táticas impostas por marqueteiros e pesquisas nem sempre dignas de confiança – argumentou o parlamentar.

Em sua opinião, os eleitores buscam mais essência nos candidatos e não truques criados por técnicas publicitárias. Para Nabor, o ponto de partida, em qualquer revisão política, deve ser o estabelecimento de critérios para valorizar os partidos, dando-lhes condições para consolidar ideologias.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que Nabor estava combatendo o bom combate, e que “são temas momentosos como esse que premiavam os grandes parlamentares”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

8h - *Saúde Todo Dia* - o programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: ginástica especializada
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Rio de Janeiro
9h30 - Entrevista - o senador Geraldo Melo fala do seu projeto de lei que institui a tarifa de energia elétrica de dois reais para consumidores de baixa renda
10h - *Cores do Brasil* - o oeste baiano
10h30 - *Saúde Todo Dia* - atividade: remo
10h55 - *Senado em Pauta*
11h - Especial/Unip - programa produzido pela Universidade Paulista sobre as plantas medicinais da Amazônia
11h30 - *Espaço Cultural* - apresentando a artista plástica Cristina Portela
11h55 - *Senado em Pauta*
12h - *Cores do Brasil* - o Paraná
12h30 - Entrevista com o senador Geraldo Melo
13h - *Cores do Brasil* - o folclore goiano
13h30 - *Agenda Econômica* - o professor de Economia da UnB, Dércio Munhoz, fala da crise econômica mundial
14h30 - Plenário (ao vivo)

18h30 - Entrevista com o senador Geraldo Melo
18h55 - *Senado em Pauta*
19h - *Cores do Brasil* - Pernambuco
19h30 - *Agenda Econômica* - o professor de Economia da UnB, Dércio Munhoz, fala da crise econômica mundial
20h30 - Entrevista com o senador Geraldo Melo
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - Documentário “Era Vargas”
22h - Plenário (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa “Fala, Cidadão”.

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
19h - “A Voz do Brasil”
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”
0h - Reprise da sessão plenária

Alcântara pretende preservar partidos existentes em 1946

Lembrando que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos já tem uma cláusula de barreira para conter as legendas sem representatividade, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou ontem que, na votação da reforma política, pretende apresentar uma emenda preservando todos os partidos de conteúdo ideológico existentes em 1946, quando o país foi redemocratizado.

– Se eles resistiram à maior das

cassações, que foram anos e anos de clandestinidade, devem continuar existindo agora – pregou o parlamentar.

Na opinião do senador, a Constituição de 1988 promoveu uma “espécie de farra democrática”, ao facilitar a formação de partidos no Brasil. Ele pregou a necessidade de conter a criação de legendas sem representatividade, que se prestam unicamente a fazer negócios. “Uma coisa é

a organização dos partidos, outra é conceder a eles determinados privilégios”, afirmou Alcântara.

Para o senador, não se pode “pôr no mesmo saco” todas as pequenas agremiações, visto que algumas têm consistência ideológica e representação na sociedade. “Há partidos pequenos com tradição e que são o sal da terra. Temos de separar o joio do trigo”, disse ainda Lúcio Alcântara.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Jefferson homenageia centenário do desembargador André Vidal

O centenário de nascimento do desembargador André Vidal de Araújo, transcorrido no último dia 15, foi lembrado ontem pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM). O senador disse que o homenageado exerceu o mandato de deputado federal, entre 1951-1954.

O desembargador nasceu em Pernambuco, mas mudou-se para o Amazonas ainda criança, levado pelo pai, o advogado Francisco Pedro de Araújo Filho. Foi o primeiro juiz de menores de Manaus, criando inúmeras instâncias de atendimento à criança e ao adolescente, como o Insti-



Jefferson lembrou iniciativas de Vidal em favor de menores deficientes

tuto Melo Matos, para menores infratores.

De acordo com Jefferson Péres, o

“talento poliédrico” do jurista fez com que ele atuasse em várias áreas. Elegeu-se parlamentar uma vez, mas abandonou a vida política com o fim de seu mandato. Fundou várias instituições, como a Escola do Bom Pastor, para menores órfãos; a Escola Montessoriana Álvaro Maia, para crianças deficientes mentais; uma creche para operários manauaras e a Escola de Serviço Social.

O desembargador foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Academia Amazonense de Letras. Faleceu em 1975, aos 77 anos.